

Roberto Campos e Florestan criticam proposta de estabilidade do Cabral-2

Da Sucursal de Brasília

Parlamentares de posições políticas diametralmente opostas, o senador Roberto Campos (PDS-MT), direita (segundo levantamento feito pela Folha e publicado no caderno "Os Eleitos", em 19 de janeiro), e o deputado Florestan Fernandes (PT-SP), esquerda, uniram-se ontem nas críticas à estabilidade concedida pelo substitutivo do relator Bernardo Cabral (PMDB-AM) aos funcionários que ingressaram no serviço público federal, estadual e municipal sem concurso público. Roberto Campos apresentou à Comissão de Sistematização pedido de destaque para a emenda de sua autoria que proíbe a estabilidade para quem não fez concurso público.

Florestan Fernandes afirmou que é contra a estabilidade para aqueles que ingressaram no serviço público por favores políticos. "Os concursados têm de ser contemplados, mas não é justo que os outros obtenham os mesmos benefícios". Já o deputado



União gasta com servidores Cz\$ 56,5 bi mensais

O Ministério da Aeronáutica contabilizou, em seu Cadastro Nacional do Servidor, em agosto passado, um total de 518 mil servidores públicos na administração direta federal. O salário médio de cada um, incluídos encargos sociais, é de Cz\$ 18 mil. O cadastro dos servidores da administração indireta só ficará pronto no dia 28 de outubro. Mas a projeção do Ministério indica a existência de 1,1 milhão de funcionários nas estatais, com salário médio, mais encargos, de Cz\$ 40 mil.

Com a administração direta, a

Guilherme Afif Domingos (PL-SP), centro-direita, disse que a efetivação dos não-concursados "é um ato espúrio".

Bernardo Cabral afirmou que a idéia foi adaptada de duas emendas "o que significa que concordo com a estabilidade da forma como está no texto" (estabilidade a todos os servidores públicos que, na data da promulgação da nova Constituição, tenham cinco anos de serviço). O

União gasta mensalmente (incluídos inativos e pensionistas) cerca de Cz\$ 12,5 bilhões de salários. Com a indireta, cerca de Cz\$ 44 bilhões. Para o senador Roberto Campos, que pediu destaque a emenda que impede a estabilidade ao servidor contratado sem concurso público, os Cz\$ 56,5 bilhões são um peso para o controle do déficit público, "pois nenhum administrador conseguirá enxugar a máquina saturada de funcionários colocados ali por favores políticos. O inchaço continuará existindo na administração federal, estadual e municipal".

líder interino do PDT na Câmara, Amaury Muller (RS), centro-esquerda, também é favorável à estabilidade aos funcionários públicos, independente de concurso ou não. Para ele, os empregados das empresas particulares também deveriam ser estáveis. O deputado Bonifácio de Andrada (PDS-MG), centro-direita, que produziu uma emenda sobre o assunto, também é favorável à estabilidade.

O deputado Geraldo Campos (PMDB-DF), 51, centro-esquerda, é o autor de emenda pela estabilidade aos funcionários públicos. Disse que sua intenção "foi zerar o processo para que, daqui para a frente, ninguém possa ser contratado sem concurso público" e que "com isso, fica até mais fácil ser rigoroso no controle das contratações". Geraldo Campos foi eleito a partir de uma plataforma política voltada para o funcionalismo.

O "lobby" em favor da estabilidade uniu outros 43 parlamentares, representando quase todos os Estados e partidos (exceção para o PC do B, PCB, PL e PMB) que fizeram pressão para a inclusão do princípio. São principalmente aqueles cuja bandeira de campanha procurou atingir os funcionários dos Estados e dos municípios. Entre eles: Nelson Carneiro (PMDB-RJ), Michel Temer (PMDB-SP), Geraldo Alckmin (PMDB-SP); Roberto Cardoso Alves (PMDB-SP), Prisco Viana (PMDB-BA), Victor Faccioni (PDS-RS), Salim Curiali (PDS-SP), Paes Landim (PFL-PI), Lúcio Alcântara (PFL-CE), Gumercindo Milhomem (PT-SP), Luiz Salomão (PDT-RJ), e Siqueira Campos (PDC-GO).

Maioria dos governadores se manifesta contra o texto

Da Reportagem Local,
Sucursais e correspondentes

A maioria dos governadores ouviu ontem Folha manifestou-se contra a proposta, incluída no segundo substitutivo do relator Bernardo Cabral, de estabilidade no emprego para o servidor público que completar cinco anos de trabalho.

Orestes Quércia, 49, governador de São Paulo: "Não sou contra a estabilidade para os servidores, como regra geral. Sou contra as

propostas a esse respeito como constam no substitutivo Cabral. Elas podem levar à criação de um novo processo de 'marajás' e a distorções com as quais não podemos compactuar.

Pedro Simon, 57, governador do Rio Grande do Sul: "É um problema da Constituinte. Não li o projeto, mas esperava encontrar no projeto de Bernardo Cabral algo sobre a reforma administrativa, que é algo que o país está precisando, pois vive num regime anárquico. Em todo caso, o

projeto sobre os funcionários públicos oficializa os nomeados pelo Jair Soares e pelo Amaral de Souza (ex-governadores gaúchos). Estes tiveram bastante força no relatório Cabral, ao que parece".

Pedro Ivo Campos, 56, governador de Santa Catarina: "Não é assunto para estar na Constituição, deve contar da legislação específica".

Marcelo Miranda, 48, governador de Mato Grosso do Sul: considerou a efetivação de servidores não concursados como "injustificável". Segundo

ele, o prazo (cinco anos) é "muito curto" e "esse artigo pode nos prejudicar efetivando servidores sem condições".

Alvaro Dias, 42, governador do Paraná: disse apoiar a proposta de estabilidade no emprego para funcionários com mais de cinco anos de trabalho.

Roberto Saturnino Braga, 55, prefeito do Rio: "Cinco anos é um prazo muito justo", afirmou, referindo-se ao tempo de trabalho que o funcionário público deve cumprir para adquirir a estabilidade.